

TRT desrespeita requerimento do SINTRAJUSC sobre o PJe-JT

O Requerimento do SINTRAJUSC que pede a suspensão imediata do PJe-JT está parado para análise há quase um mês na Presidência do TRT. Este fato é ainda mais grave levando em conta que o Tribunal mantém o cronograma de instalação do PJe-JT em Palhoça e em São José para o fim de agosto, o que demonstra uma possível tática de postergação ao máximo para ir consolidando seu intento político de implantação desse modelo de processo eletrônico.

Isso por si só já seria uma atitude questionável, mas ela é também muito temerária por ser praticamente unanimidade, entre advogados, juízes e servidores, que este PJe-JT do CSJT é um retrocesso em relação às tecnologias até então usadas no âmbito do TRT-SC, não sendo funcional nem seguro, além do fato de não estar concluído. Segundo a opinião de alguns, não está sequer iniciado porque o que se tem dele não serve para realizar os trabalhos com um mínimo de eficiência.

A presidente do TRT-SC está perdendo a oportunidade de parar a implantação e corrigir os danos

que o sistema, feito para cumprir diretrizes do CSJT e do TST, está causando no andamento dos processos trabalhistas. As partes usuárias da Justiça do Trabalho têm de ser tratadas com respeito e não como cobaias de um experimento ineficiente e inacabado, bancado com gordas cifras dos cofres públicos. O tormento que esse novo e ineficiente sistema tem provocado nos advogados, servidores e magistrados também não pode ser desconsiderado.

Portanto, se faz necessária uma inflexão nessa política, tomando uma posição de cautela e independência, suspendendo o PJe-JT no âmbito do estado até que se apresente um sistema alternativo que realmente funcione. Foi dada a oportunidade para a administração do TRT-SC tentar convencer advogados, magistrados e servidores, por ocasião do Fórum de Discussão "A Justiça do Trabalho e o PJe-JT", de que esse sistema mereceria algum crédito.

A Administração não jogou peso no evento, se esquivando do debate, e seu representante não convenceu ninguém. O manifesto aprovado no Fórum foi contundente,

pela suspensão do PJe-JT. É a voz dos inúmeros servidores, magistrados e advogados que já estão sendo negativamente afetados por esse sistema e que tem de ser ouvida e respeitada por parte da Presidência do TRT-SC.

PAUTA EMERGENCIAL

Os problemas relativos ao PJe estão no ofício que a Fenajufe protocolou no STF apresentando pauta emergencial de reivindicações dos servidores do Judiciário Federal. O documento solicita audiência para a primeira semana de agosto a fim de que as reivindicações com repercussão financeira sejam contempladas a tempo na proposta orçamentária do Judiciário Federal a ser encaminhada ao Ministério do Planejamento até o dia 15 de agosto. O ofício é endereçado ao presidente Joaquim Barbosa, dando continuidade às tratativas iniciadas na audiência realizada no dia 4 de março.

A pauta emergencial busca, em primeiro lugar, a antecipação das parcelas da GAJ (15,8%), uma reposição conquistada graças à Greve unificada dos servidores públicos federais que obrigou o gover-

no a recuar na ideia de que 2013 seria novamente um ano de reajuste zero.

Os demais pontos da pauta são a defesa das correções nos padrões e no reenquadramento causados pela Portaria Conjunta nº 1 de 2013 que regulamenta a Lei 12.774/2012, o empenho do STF junto ao Congresso Nacional para aprovar o texto original do PL 319/2007 que altera dispositivos da Lei nº 11.416/2006, a definição de uma política salarial permanente com respeito à data-base

para os servidores, o aumento dos valores repassados para o auxílio saúde e o pagamento dos passivos devidos aos servidores.

Além disso, o documento também defende a criação de uma Comissão Interdisciplinar com os tribunais superiores e a Fenajufe para discutir e elaborar anteprojeto de Plano de Carreira e um Grupo de Trabalho para negociar permanentemente assuntos de interesse dos servidores, como PJe, regulamentação do teletrabalho, contratação de fun-

cionários nos órgãos do Judiciário Federal, combate ao assédio moral, terceirização, saúde do servidor, condições de trabalho, sistema de comunicação interno dos Tribunais, atuação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) nos Tribunais, dentre outros. A criação do Grupo de Trabalho é fundamental para negociar temas que os servidores vêm questionando no dia-a-dia e que muitas vezes não são resolvidos por falta de um canal ágil e direto de negociação.

SINTRAJUSC faz Congresso em outubro

O SINTRAJUSC realiza, nos dias 19 e 20 de outubro, Congresso Estadual Ordinário com o tema "Novas tecnologias no Judiciário e o reflexo no trabalho". Nesta semana, o Coordenador do Sindicato Paulo Koinski irá ao Oeste do Estado para iniciar a mobilização dos

servidores e falar da importância da participação no Congresso. Na programação estão as cidades de Concórdia, Xanxerê e São Miguel do Oeste. Em agosto será publicado o Edital do Congresso com todas as informações e prazos. O critério de eleição de delegados e suplentes é o seguinte: servidores

filiados ao Sindicato, eleitos nos locais de trabalho na proporção de 01 (um) delegado para cada grupo de 5 servidores ou fração lotados no respectivo local de trabalho. O Sindicato deverá convocar reunião do Núcleo dos Aposentados para eleger representantes dos aposentados.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina que será realizada ASSEMBLEIA GERAL no dia 01 de agosto do ano de 2013, quinta-feira, às 13h30, no TRE (Rua Esteves Júnior 68, Centro, Florianópolis/SC), com os seguintes pontos de pauta:

- 1- Informes;
- 2- Uso do Fundo de Mobilização e Luta;
- 3- Eleição de delegados para a Plenária Nacional Extraordinária da Fenajufe, nos dias 24 e 25 de agosto de 2013 em Brasília - DF.

Florianópolis, 26 de julho de 2013

A Pauta da Plenária Nacional Extraordinária da Fenajufe é: 1-Regimento Interno; 2-Discussão e deliberação das propostas apresentadas e não votadas no 8º Congrejufe.

Pagamento da última parcela da URV deve entrar na pauta do TCU em agosto

A Fenajufe visitou o coordenador de controle e auditoria do CSJT, Gilvan Nascimento, para obter informações sobre o processo TC 007.570/2012-0, que suspendeu a liberação de recursos para pagamentos da URV (11/98%). Segundo Nascimento, o Conselho já enviou todas as informações requeridas pelo TCU, que já teria validado os cálculos enviados.

Nascimento informou também que o Conselho está diariamente em contato com o gabinete do relator do processo, ministro Weder de Oliveira, para que a liminar que suspendeu a liberação dos recursos seja derrubada e, enfim, os pagamentos possam ser liberados.

No Tribunal de Contas, a Fenajufe reuniu-se com Laércio Vieira, chefe de gabinete do ministro. Ele informou que o assunto está sendo tratado em conjunto com o CSJT e que o processo estará na pauta da sessão de 14 de agosto, mas que tentará antecipar para a sessão do dia 7, sem no entanto garantir esta antecipação. Vieira informou que a assessoria técnica daquele Tribunal, em seu parecer, posicionou-se para que o índice de atualização seja aquele usado pelo STF, após 2009, com o fim da TR.